

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

LOUISE YUKIE OIKAWA

FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO CULTURAL

NITERÓI

2011

LOUISE YUKIE OIKAWA

FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO CULTURAL

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel.

Orientador  
Prof. Dr. LUIZ AUGUSTO F. RODRIGUES

Niterói  
2011

LOUISE YUKIE OIKAWA

FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO CULTURAL

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Luiz Augusto F. Rodrigues  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Me. Katia de Marco  
Universidade Cândido Mendes

---

Prof. Dr. Leonardo C. Guelman  
Universidade Federal Fluminense

Niterói  
2011

## **AGRADECIMENTOS**

A todos que participaram de alguma forma de todo o processo que me trouxe até essa monografia, com contribuições, indicações, discussões, ar fresco e incentivo, muito obrigada:

- Mikie, Luiz, Henrique e Renata, sem o apoio de vocês esse momento não seria possível, obrigada por nunca deixarem de acreditar e estarem sempre, incondicionalmente, ao meu lado;

- Luiz Augusto, agradeço por toda disponibilidade, atenção e carinho com os quais conduziu esse processo tão difícil e ao mesmo tão recompensador. Obrigada pela possibilidade de trocar, aprender e crescer com você;

- Marcelo Ferreira, obrigada pelo companheirismo, amor, lealdade e toda dedicação e paciência de sempre. Você é meu porto seguro e alicerce e essa conquista é nossa;

- Dani Baleeiro, estive ao meu lado nesses quatro anos, compartilhando, acreditando, incentivando e sonhando. Só nós sabemos o que foi essa jornada né? Obrigada minha companheira, sócia e querida amiga.

- Por fim agradeço à vida, à coragem e aos sonhos.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>ESTADO E CULTURA NO BRASIL</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>SISTEMA DE PRODUÇÃO NO CAMPO DA CULTURA</b>	<b>12</b>
<b>4</b>	<b>GESTÃO, ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DA CULTURA</b>	<b>15</b>
<b>5</b>	<b>O QUE PENSAM OS PRODUTORES</b>	<b>20</b>
<b>6</b>	<b>PROPOSTA: FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO CULTURAL</b>	<b>24</b>
	<b>6.1 Apresentação</b>	<b>24</b>
	<b>6.2 Justificativa</b>	<b>24</b>
	<b>6.3 Objetivos</b>	<b>25</b>
	6.3.1 Objetivos Gerais	25
	6.3.2 Objetivos Específicos	25
	<b>6.4 Estrutura</b>	<b>27</b>
	6.4.1 Debates e Grupos de Trabalho	27
	6.4.1.1 Formação dos Gestores	27
	6.4.1.2 Gestão Cultural nas Instituições	29
	6.4.1.3 Economia Criativa e Solidária	31
	6.4.2 Curso Itinerante	33
	6.4.2.1 Conteúdo dos cursos	34
	6.4.2.2 Locais de realização dos cursos	36
	6.4.3 Premiação de pesquisas e projetos de extensão	39

6.4.4	Apresentações artísticas	39
6.4.5	Site	39
<b>6.5</b>	<b>Orçamento</b>	<b>41</b>
<b>6.6</b>	<b>Cronograma</b>	<b>43</b>
6.6.1	Cronograma Geral	43
6.6.2	Cronograma do Curso	44
<b>7</b>	<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>47</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso para graduação em Produção Cultural é resultado de todas as experiências, trocas, aprendizagens e encontros que pude vivenciar ao longo desses quatro anos na UFF.

Trata-se de uma breve análise sobre a gestão cultural no Brasil, assunto pouco abordado durante o curso e que vem sendo amplamente discutido.

Nesta análise, tratarei a relação do Estado e da cultura, o sistema de produção no campo da cultura e suas questões e relações, tudo isso somado a alguns dos questionamentos sobre o assunto que trago comigo.

Ao final dessa análise, não como uma solução, mas sim como uma das infinitas possibilidades, proponho um encontro para discussão e interação entre os diversos agentes culturais, além de um curso, para promoção da acessibilidade e democratização da informação.

## 2 ESTADO E CULTURA NO BRASIL

Para entendermos o contexto atual em que vivemos e como chegamos até aqui nesta relação entre Estado e Cultura, será feito um breve histórico sobre as políticas culturais no Brasil.

O ponto de partida dessa cronologia são os anos 30, do século XX, considerados como período em que se iniciam as políticas culturais no Brasil, já que antes disso não havia intervenções conjuntas e sistemáticas, atores coletivos e estabelecimento de metas, itens considerados essenciais para a implantação de uma política sistemática.

Neste momento de alterações políticas e societárias, em que a velha república (1889-1930) encontrava-se em ruína, ao mesmo tempo em que a industrialização, urbanização e modernismo cultural ganhavam espaço, dois experimentos inauguram as políticas culturais no Brasil. Conforme define Rubim “Tais experimentos são: a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935–1938) e a implantação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, e mais especificamente a presença de Gustavo Capanema, à frente deste ministério de 1934 até 1945.”.

As inovações de Mario de Andrade fazem com que essa experiência, apesar de municipal, vá além das fronteiras paulistanas. Suas principais contribuições foram: a aplicação de uma intervenção estatal sistemática em diferentes áreas culturais; reconhecimento da importância da cultura “tão vital como o pão” e sua definição para além das belas artes, abarcando também as culturas populares; e patrocínio de duas missões etnográficas para regiões que, mesmo afastadas, possuíam significativos acervos culturais.

Ao mesmo tempo, o ministro Gustavo Capanema colaborava para essa construção, pois durante o governo Getúlio Vargas, o setor nacional da cultura estava subordinado a ele.

Pela primeira vez havia de fato uma política cultural implantada, e esta valorizava o caráter nacional, brasileiro, a harmonia entre as classes sociais e o caráter mestiço do povo. O estado atuava, ao mesmo tempo, de forma opressora – com censura própria do tipo de governo em vigência – e assertiva, com novas práticas, formulações e organizações. Um exemplo claro dessa dicotomia é o Departamento de Informação de Propaganda (DIP), pois buscava reprimir e cooptar o meio cultural.

É importante destacar nesse período a quantidade de instituições criadas, dentre as quais podem ser citadas: Superintendência de Educação Musical e Artística; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937) e Conselho Nacional de Cultura (1938).

É nessa gestão que se inaugura a tradição de forte relação entre governos autoritários e políticas culturais, que marcará de forma contundente a história das políticas nacionais.

O momento seguinte, de 1945 a 1964, intervalo democrático entre dois períodos marcados por governos autoritários, é marcado por um grande paradoxo, já que houve grande produção e desenvolvimento em praticamente todas as áreas da cultura, fato que não ocorre no campo das políticas culturais.

O que se pode destacar pontualmente nesse período é a continuação das intervenções do SPHAN, a instalação do Ministério da Educação e Cultura em 1953, a expansão das universidades públicas nacionais e a criação do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, responsável pela concepção de um imaginário social, que embasa a ação de governantes, uma verdadeira fábrica de ideologias.

Dois outros movimentos importantes a serem recordados são os Centros Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes, movimento em que se formaram muitos dos artistas e intelectuais atuantes ainda hoje no cenário cultural, e o Movimento de Cultura Popular, no qual aparece Paulo Freire.

No âmbito conservador houve a Escola Superior de Guerra, entre outros, responsável pelos ideais que levaram ao golpe militar de 1964, fato que impactou de forma contundente a cultura no Brasil.

O período que se segue, 1964 a 1985, retoma a relação estreita entre políticas culturais e autoritarismo do Estado. Estes longos anos, podem ser divididos basicamente em três momentos: de 1964 até 1968, final de 1968 até 1974, e o último que se estende até o início de 1985.

No primeiro momento, apesar da repressão e censura ainda não sistemáticas, a ditadura atinge principalmente os setores populares e militantes, que se manifestam contra o regime. É aqui também que se inicia a implantação das telecomunicações, principalmente da televisão, como meio massivo para a divulgação das ideologias do governo, dentro de uma lógica de cultura de mídia.

O segundo período é fortemente marcado pela violência, censura, tortura e prisões, que levam a um esvaziamento cultural, confrontado apenas por projetos “marginais” em contraposição a uma cultura “oficial” severamente controlada e impositiva.

No terceiro momento, em que ocorre a “distensão lenta e gradual”, período final da ditadura, há uma diminuição da repressão e dos atos violentos, com uma forte intervenção do Estado no desenvolvimento de políticas e ações culturais. É durante essa fase que o país terá seu primeiro Plano Nacional de Cultura (1975) e criação de diversas instituições como Fundação Nacional das Artes (1975), Centro Nacional de Referência Cultural (1975), Conselho Nacional de Cinema (1976), Fundação Pró-Memória (1979) e destaque para o desenvolvimento da FUNARTE (1973).

É importante ressaltar a herança advinda desses anos, que é a transição para a cultura midiática, embasada em padrões de mercado, com o afastamento das políticas de cultura do Estado. Tradição que será reforçada e acentuada a partir do fim da ditadura.

A partir de 1985, ano que marca o início da reconstrução da democracia enquanto regime de Governo, a instabilidade será bastante presente, com a passagem de quase dez responsáveis pela área cultural entre 1985 e 1994 e a implantação de um tumultuado experimento do neoliberalismo no país. Além disso, a instabilidade é agravada pela extinção de inúmeros órgãos como FUNARTE e EMBRAFILME, com a redução da cultura a apenas uma secretaria. Dessa forma, reforçando a lógica neoliberalista, o Estado e seu poder, são reduzidos ao mínimo de atuação, enquanto há ampliação do Mercado.

É neste contexto que em 1986, foi criada a primeira lei de incentivo brasileira, a Lei Sarney, que vem romper com uma tradição de financiamento cultural do Estado, propondo que a fonte de recursos para financiamento de projetos na área cultural, viesse do mercado, via renúncia fiscal – o que de certa forma caracterizava essa verba como dinheiro público. Posteriormente à Lei Sarney é substituída pela Lei Rouanet, que com duas reformas, está em vigência até hoje.

A lógica das leis de incentivo se espalha por todo país, não só em nível federal, mas também estadual e municipal, tornando-se a principal fonte de financiamento da cultura, acentuada ainda pela escassez de recursos estatais.

No governo Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, a retração do Estado é ainda mais enfática e acontece em praticamente em todas as áreas, inclusive na cultural, em que publicação mais emblemática foi uma “cartilha” chamada: Cultura é um bom negócio (Ministério da Cultura, 1995). Além da Lei Rouanet, outras duas formas de financiamento

previstas eram o Fundo de Investimento em Cultura e Arte (FICART) e o Fundo Nacional de Cultura (FNC), ambos não regulamentados pelo Governo.

As críticas a esse tipo de financiamento são muitas e pertinentes: o poder de deliberação de políticas culturais passa do Estado para as empresas; uso quase exclusivo de recursos públicos; ausência de contrapartidas; concentração regional de recursos; apoio equivocado à cultura mercantil, de retorno comercial, entre outros.

Com exceção de algumas iniciativas pontuais e setoriais, toda política cultural desse período ficou restrita e associada às Leis de Incentivo, tanto que o orçamento destinado ao Ministério da Cultura, no último ano de Governo FHC, foi de apenas 0,14% do orçamento nacional.

Na gestão seguinte, a partir de 2003, do Governo Lula e ministro Gilberto Gil, há uma mudança de postura e revisão dos conceitos adotados pelo Ministério da Cultura, tanto que nesse momento é reivindicado um conceito de cultura mais abrangente, dito como “antropológico”, com críticas à retração do Estado e uma retomada no seu papel ativo na construção de políticas culturais.

Devem-se destacar algumas ações do Ministério que ilustram bem essa nova postura, como a criação de novas secretarias (Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural), aumento da atuação internacional (encontro da UNESCO em 2005), levantamento de dados e criação de indicadores em parceria com o IBGE, atenção à economia da cultura e economia criativa.

Outro aspecto muito relevante nesse momento é o caráter democrático assumido pelo Estado, possibilitando a maior participação e empoderamento por parte da sociedade. Esse caráter é estabelecido a partir de iniciativas como consultas sistemáticas à população sobre diversos assuntos (políticas de financiamento, direitos autorais), abertura de espaços para discussão com a crescente realização de encontros e criação de câmaras setoriais e criação de programas que descentralizam e ramificam a atuação do MinC, como os Pontos de Cultura – considerados polos de criação e produção cultural.

Além disso, é importante destacar o desenvolvimento de um Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura, que pretendem dar diretrizes ao desenvolvimento das políticas culturais e garantir a continuidade das ações, para além das instáveis políticas de governo.

Ainda há muitas questões a serem abordadas, discutidas e repensadas, mas o que se vê a partir desse momento é um expressivo e positivo reposicionamento do Estado dentro das políticas culturais no Brasil e a criação de um novo possível caminho a ser seguido.

### 3 SISTEMA DE PRODUÇÃO NO CAMPO DA CULTURA

Entender como se configura o sistema de produção no campo da cultura é imprescindível para desenvolver uma discussão sobre seus aspectos mais gerais e também sobre alguma etapa, ou aspecto específico.

Atualmente uma definição de sistema de produção cultural muito difundida é a de Teixeira Coelho, apresentada em seu Dicionário Crítico de Política Cultural e que a aborda em quatro fases: produção, distribuição, troca ou permuta, e uso ou consumo.

Contudo, diante da complexificação das atividades culturais na contemporaneidade, as fases propostas acima precisam ser complementadas e atualizadas, conforme propõem Albino Rubim, Alexandre Barbalho e Leonardo Costa ao indicarem as seguintes etapas como essenciais ao pleno desenvolvimento do sistema cultural:

1. Criação, inovação e invenção;
2. Difusão, divulgação e transmissão;
3. Circulação, cooperação, intercâmbios, trocas;
4. Análise, crítica, estudo, investigação, reflexão e pesquisa;
5. Fruição, consumo e públicos;
6. Conservação e preservação;
7. Organização, gestão, legislação e produção da cultura.

No entanto, é necessário frisar ainda, que os autores sugerem essas etapas, com o foco na discussão acerca da formação profissional do setor e servindo como parâmetro referencial a um mapeamento no Brasil de cursos em formação na área de organização da cultura. Assim sendo, as etapas serão apresentadas de forma sucinta, de acordo com a estrutura indicada acima, mas não levando em conta o foco da institucionalização e profissionalização do setor, já que o objetivo principal deste capítulo é oferecer uma visão geral do sistema de produção no campo cultural, para posteriormente ser abordada uma etapa específica dentro dele.

A primeira fase é extremamente relevante, é nela que se inicia o sistema de produção no campo da cultura e o alimenta, permitindo o contato as linguagens e técnicas artísticas, e

novos produtos culturais. É destacada por seu caráter renovador da cultura e pela capacidade de inaugurar ideários e práticas.

A difusão, divulgação e transmissão têm como objetivo fazer chegar ao público e consumidores, o conteúdo criado na fase anterior. Devem ser trabalhadas de forma consistente para garantia do acesso ao conteúdo de forma democrática.

As trocas também são essenciais para a cultura, para a manutenção de seu caráter dinâmico e não estagnação. A interação entre culturas se faz por meio de trocas, intercâmbios e cooperação, e pode ser diferenciada afetando-as de formas diferentes, trazendo benefícios ou até mesmo transtornos em alguns casos.

Complementar a essa terceira fase, é importante também destacar a sexta fase, de conservação e preservação. A manutenção do patrimônio cultural material ou imaterial é fundamental para o desenvolvimento das identidades, democratização de todo conteúdo acumulado e conservação da herança cultural.

Um sistema cultural também deve passar por discussão e avaliações públicas. A possibilidade de aplicação dessas práticas traz consigo questões inerentes, como a liberdade e a tolerância, que são extremamente importantes em um contexto democrático, além de permitir seu dinamismo e aprimoramento, pois legitima, questiona e discute ideias, valores, ações.

A quinta fase é a mais ampla e universal, já que todos os cidadãos são, *a priori*, potenciais consumidores de cultura. Apesar das restrições de acesso, da subordinação à lógica mercantil em alguns casos, todos vivem em um ambiente cultural em menor ou maior intensidade. Conforme destacam Albino Rubim, Alexandre Barbalho e Leonardo Costa: “Sem o consumo, em seu sentido mais amplo, a cultura não se realiza: queda incompleta.”.

A organização em si da cultura é inerente a todas as fases do sistema descritas anteriormente, mas o que se trata aqui é a organização mesma do campo cultural de forma mais abrangente, tanto em níveis macros – políticas culturais, governamentais, grandes instituições – quanto em níveis menores, como em eventos culturais ou ações de menor porte. Essa, talvez seja a fase que mais recentemente ganhou a atenção dentro desse sistema, e que vem crescendo e ganhando importância, o que é perceptível por meio da criação de instituições, cursos, profissões e cargos. As questões e aspectos próprios à organização serão mais bem apontados e discutidos no próximo capítulo.

Destaca-se por fim que

Todos esses momentos do sistema cultural devem ser diferenciados, diagnosticados, analisados e articulados em políticas culturais que compreendam o sistema em sua

totalidade articulada, desigual e combinada; formulem propostas para cada um destes momentos e para o conjunto do sistema cultural. As políticas culturais emergem, nesta perspectiva, como conjunto de formulações e práticas que buscam implementar o sistema cultural como totalidade articulada. (BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Antonio Albino Canelas; COSTA, Leonardo. *Formação em Organização da Cultura no Brasil: Apontamentos Iniciais*).

## 4 GESTÃO, ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DA CULTURA

Para entendermos um pouco sobre as questões relativas à gestão cultural, é necessário também que possamos entender a cultura enquanto parte do processo de desenvolvimento humano e não somente como resultado deste. Cultura como experiência estética que capacita o imaginário criativo do indivíduo para compreensão e apreensão das formas de expressão artísticas e culturais. Cultura para além dos projetos socioculturais e de preservação do patrimônio histórico. Cultura para além do entretenimento das políticas de pão e circo. Cultura como direito humano que compreende a sociedade participativa como produtores de cultura, e gestores e agentes como mediadores de processos culturais e fomentadores de identidades.

Este novo patamar em que a cultura é colocada dentro da sociedade vem acompanhado de mudanças significativas na sociedade contemporânea e de um aumento da complexidade na área cultural. Esse conjunto de fatores traz à tona a necessidade de discussão e reflexão aprofundadas, contínuas e sistematizadas sobre questões de extrema relevância dentro desse campo.

Conforme aponta o Professor Luiz Augusto F. Rodrigues em seu blog, a gestão cultural pode ser entendida como uma área que converge planejamento, operacionalização e mediação. Mediação de processos de produção material e imaterial de bens culturais, e mediação de agentes sociais diversos. Mediação que busca estimular os processos de criação e de fruição de bens culturais, assim como estimular as práticas de coesão social e sociabilidade.

É importante ressaltar que a organização da cultura enquanto campo profissional é ainda recente e por isso trata-se ainda de um saber em construção. Por isso, não há um conceito único e definido sobre a gestão cultural, nem mesmo um consenso sobre a diferenciação entre produção cultural e gestão cultural, ou se essa diferença de fato existe.

Essa indefinição entre produção e gestão cultural não é só uma questão de nomenclatura, mas tem se tornado um tema relevante, pois passou a ser uma discussão de posicionamento no próprio mercado de trabalho e nas questões relativas à formação dos futuros profissionais. Essa distinção pode ser considerada um reflexo da realidade vivida pelos novos e futuros profissionais que, diante da complexificação das relações de trabalho, se deparam com esse questionamento, no qual de forma geral, o produtor tem sido colocado como um profissional mais executivo e o gestor no âmbito das ações mais estratégicas. No

entanto, apesar de serem identificados como dois campos de atuação diferentes, eles se confundem enquanto ocupação de espaços de atuação e, principalmente, em relação aos saberes desenvolvidos em cada profissão, são ações que algumas das vezes coexistem.

Um aspecto importante a ser analisado é quanto à formação dos profissionais atuantes nesse campo e a própria profissionalização do setor. No livro *Gestão Cultural: profissão em formação*, Maria Helena Cunha distingue três momentos no que se refere aos processos de formação: década de 1980, 1990 e a partir de 2000. A partir de entrevistas realizadas com agentes atuantes foi possível identificar os percursos realizados em cada uma dessas gerações. Como a própria autora ressalta, não foi possível estabelecer um maior rigor cronológico, por se tratar de trajetórias que se inter-relacionam no processo da constituição do campo profissional.

No primeiro momento, na década de 1980, a geração é marcada pelo autodidatismo. O processo de formação era desenvolvido a partir das experiências práticas do dia a dia de trabalho e não havia uma identificação, definição ou delimitação do campo de atuação cultural. Os próprios profissionais que iniciaram sua atuação nesse período ressaltam a importância dessas experiências enquanto forma de aprendizado, no entanto, afirmam a necessidade de uma formação sistemática aliada ao exercício prático da profissão.

O segundo momento, na década de 1990 é marcado como um período de transição na formação profissional. Nesse período, conviviam profissionais autodidatas e profissionais que já possuíam certa formação específica, conceitual. É neste momento também que os referenciais conceituais e pragmáticos vão sendo reforçados, no sentido de construir uma base mais sólida com relação à transmissão de conhecimentos específicos do campo da gestão cultural.

Para ilustrar, destacamos que os principais cursos de graduação na área cultural, em especial na área de produção cultural foram criados nesse período, em 1995 na Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro) e em 1996 na Universidade Federal da Bahia. Conforme é descrito no próprio site do curso da UFF:

No passado, uma grande diversidade de profissionais já gravitava em torno da Produção Cultural. Entretanto, não existia nenhum curso superior que buscasse sistematizar o conhecimento a respeito da criação, planejamento, organização, difusão e crítica nesta área. Em 1995, o Departamento de Arte da UFF criou o primeiro Curso de Graduação em Produção Cultural, idealizado pelo Prof. Gilberto Gouma e pela Prof<sup>a</sup>. Piedade Carvalho. Até aquele momento, o aprendizado ocorria de maneira empírica e aleatória, acarretando numa formação deficiente. O nosso

curso veio preencher esta lacuna, formando profissionais qualificados, capazes de atuar no campo cultural de modo consciente, compreendendo a Cultura como uma construção coletiva, sabendo que, ao lidarem com a produção cultural, estão criando os paradigmas da percepção social. (<http://www.uff.br/procult/>)

O terceiro momento, identificado por Maria Helena Cunha como a partir de 2000 é o período de consolidação da gestão cultural no mercado de trabalho. É declarado abertamente em seu livro que “a entrada para o campo da cultura veio do processo de formação por meio de cursos, nos quais encontraram seus pares e um conhecimento mais sistemático sobre o fazer do gestor cultural.”.

O número de cursos oferecidos na área apresentou um crescimento substancial quando se verifica sua situação atual. Em um mapeamento realizado pelo Professor Luiz Augusto F. Rodrigues<sup>1</sup>, para Associação Brasileira de Gestão Cultural, foram contabilizados entre Cursos de Bacharelado, Tecnólogo, Habilitação, Sequencial e Pós-Graduação Lato e Stricto Senso um total de oitenta e cinco ocorrências. Há concentração de oferta principalmente nos estados do Sul e Sudeste, mas é possível encontrá-las em todas as regiões do país. Esses dados são mais um demonstrativo da expansão das atividades na área cultural e da criação de alicerces para profissionalização do setor.

Cabe ressaltar que, apesar desse substancial aumento na oferta de cursos de formação, ainda há a necessidade de aumentar o alcance desses cursos e o número de vagas que são oferecidos. O Governo, nesse sentido, tem poucas ações sistemáticas e contínuas que favoreçam o acesso e a democratização da informação.

Além das questões apontadas acima é importante analisar quais os conteúdos e diretrizes são abordados durante a formação do profissional do campo da cultura e quais as características imprescindíveis a um bom organizador desta área.

Albino Rubim, Alexandre Barbalho e Leonardo Costa em *Formação em Organização da Cultura no Brasil: Apontamentos Iniciais* utilizam um novo conceito para definir o caráter ampliado deste campo de formação: *mit* [multi-inter-trans] disciplinar. Além da grande diversidade de conhecimentos em diversas áreas, a própria esfera cultural e seus estudos já é em si mesma *mit*disciplinar.

<sup>1</sup> Mapeamento disponibilizado pelo autor

A qualificação de organizadores deve trabalhar com um conceito ampliado de cultura, conforme ressaltado no início deste capítulo, somado à áreas como educação, economia, política, antropologia, entre outros.

O mais essencial para estes profissionais é a sua sensibilidade, conhecimento, compromisso e paixão com o tema, pois sem tais requisitos ele nunca será pleno, por maior e mais apurada que seja sua capacidade técnica e operacional. Como bem resume Albino Rubim: “Viver, sentir, pulsar, conhecer cultura é imprescindível como dado primeiro para o bom profissional.”.

Além disso, esse compromisso deve estar atrelado a valores que ressaltem e objetivem a garantia da democratização da fruição e da produção da cultura, bem como o acesso à informação e possibilidade de participação, ocupação dos espaços e empoderamento por parte da sociedade.

É necessário também que esse profissional seja capaz de se informar e principalmente, analisar e filtrar essas informações, para manter-se atualizado e comprometido, de forma ética e responsável com a cultura e a sociedade.

Levando em consideração essas características e abordagens levantadas e ampliadas, a partir de uma sugestão dos autores supracitados é possível listar alguns temas essenciais na formação de um gestor cultural:

- Linguagens artísticas;
- Manifestações das culturas locais, regionais, nacionais e globais;
- Culturas e identidades;
- Estudos das teorias da cultura;
- Políticas culturais, nacionais e internacionais;
- Legislação e direitos culturais;
- Gestão e administração da cultura;
- Cultura e desenvolvimento;
- Economia da cultura;
- Orçamento e finanças em cultura;
- Elaboração de projetos em cultura;
- Divulgação e marketing culturais;
- Cooperação e intercâmbio culturais;
- Consumo, públicos e mercados culturais;
- Metodologia de pesquisa em cultura;

- Seminários de temas atuais em cultura;
- Oficinas temáticas em cultura.

A partir de todas as considerações feitas anteriormente acerca do perfil desse profissional e da gama de conhecimentos que a profissão engloba, deve ser também destacado a grande variedade e possibilidades de atuação desses profissionais como gestores. O campo de atuação é, portanto, amplo, em consonância com uma área de trabalho dinâmica e que impõe ao profissional o desafio de identificar demandas, compreender tendências e conceitos e atuar de forma criativa, responsável e ética. Poderá atuar tanto no setor público quanto na iniciativa privada e em organizações da sociedade civil. E

Como operar neste campo de modo sistêmico? Simples... Entendendo que as realidades culturais –e todas são– precisam ser diagnosticadas segundo “escutas” precisas e desprendidas de ideias pré-concebidas. Entendendo que a realidade nos fornece a possibilidade que precisamos para ver e aprender com ela, sendo justamente este espaço de mediação que a torna concreta, conquanto possamos abrir devidamente olhos e ouvidos. Sentir potenciais, responder anseios e mesmo ampliá-los, reconhecer diferentes e particularizados modos de agir e de sentir. Planejar segundo os fazeres e os querereres que os diversos indivíduos e grupos deixam aflorar de seus cotidianos. (Luiz Augusto F. Rodrigues, em <http://gestaoemcultura.blogspot.com>)

## 5 O QUE PENSAM OS PRODUTORES

Durante o desenvolvimento da pesquisa foi aplicado aos alunos e ex-alunos de graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense um questionário, com o intuito de entender o que pensam esses novos profissionais sobre o tema Gestão Cultural, além de levantar questões, descobrir demandas e dessa forma embasar ainda mais a escolha dos temas e atividades propostas no Fórum. Optou-se pelo curso da UFF por este ter sido o curso pioneiro no país.

Ao todo, vinte e cinco pessoas responderam ao questionário, que continha as seguintes perguntas:

1. Você vê diferenças significativas entre produção e gestão cultural? Quais?
2. Você considera a área de gestão importante dentro da cadeia produtiva de cultura? Por quê?
3. Quais os principais problemas relacionados à formação? Ao curso de Produção Cultural?
4. Como você sente o reconhecimento da sua profissão no mercado e a profissionalização do setor?
5. Sente falta de um espaço para debates sobre a profissão, formação e mercado?
6. Que tipo de atividades gostaria que fossem realizadas, em um possível encontro de gestores? (cursos, palestras...)

A partir das respostas a essas perguntas, foi possível notar que a percepção das pessoas sobre produção cultural e gestão cultural é que se trata de atividades diferentes, mas complementares. Sendo a produção englobada pela gestão cultural.

A produção cultural possui caráter mais tecnicista, executivo, operacional, ligada a eventos, projetos pontuais e segmentados e muito relacionada aos aspectos mercadológicos do campo cultural. Enquanto a gestão está mais ligada a atividades de continuidade, acessibilidade, multidisciplinaridade, com elaboração de políticas e programas, pensada no âmbito do Estado e sociedade e com atuação mais ampla que a de um produtor.

É interessante perceber a separação entre os dois termos, já que no Brasil essa diferença ainda não está consolidada e por isso, a colocação de uma das entrevistadas parece ser bastante adequada: “... historicamente, a ideia de gestão é europeia, e a de produção é mais ligada ao liberalismo norte americano, ou seja, à administração.”. Talvez, isso explique a visão diferenciada dos dois conceitos, que a maioria dos entrevistados apresentou, além das características atribuídas tanto a produção, quanto a gestão cultural.

Levando em consideração, que na grande maioria dos questionários, houve essa separação entre os termos apresentados, pode-se perceber que a gestão cultural é considerada de grande importância, apesar de ser ainda, um saber em construção. Considera-se, que por meio dela haverá a possibilidade de nortear as iniciativas na área cultural, pensando e organizando ações em longo prazo, que serão constantemente avaliadas e reorganizadas, possuindo um olhar ampliado, aprofundado e articulando sempre, os diversos agentes envolvidos.

Com esse cenário apresentado, foram levantados alguns problemas relacionados ao curso de Graduação em Produção Cultural. E aqui mais uma vez, foi possível perceber o quanto o fato de um novo saber estar em construção afeta diretamente tudo que está ligado a ele.

As principais deficiências levantadas a partir das respostas foram a falta de atividades práticas – estágios supervisionados, estímulo à produção dentro da Universidade, atividades de extensão – ementas que não condizem com a realidade e que não atendem às demandas, poucos professores com vivência na área, pouca bibliografia disponível, além da estrutura física, que não é adequada.

Além desses problemas enfrentados para quem opta pela graduação em Produção Cultural, o futuro profissional enfrenta outra dificuldade, que é o reconhecimento da sua profissão.

Há um grande potencial na área, a cultura ganhou visibilidade e com isso começaram a surgir novas demandas, mas isso não significa que os bacharéis em Produção consigam ocupar cargos significativos, colocar em prática seus conhecimentos ou participar de concursos públicos que sejam da sua área. Há uma dificuldade de inserção no mercado até mesmo pela falta de reconhecimento do curso e da profissão. Mesmo considerando o pequeno

tempo de existência destes cursos no país (o da UFF foi o pioneiro, em 1996), esperava-se que o reconhecimento da formação na área estivesse mais bem impregnado.

Nesse sentido, outra questão bastante recorrente nos questionários é sobre o embate entre as pessoas que já estão há muito tempo no mercado desenvolvendo atividades ligadas à área cultural, mas que não possuem uma formação específica, *versus* esses novos e futuros profissionais, com uma formação em Produção ou Gestão Cultural. Há espaço para todos? Esse novo campo de formação, deve ser excludente? Quem está apto a trabalhar com a produção e gestão da cultura? Quanto vale o diploma de Produção Cultural? Como conquistar novos espaços?

Esses questionamentos são importantes e mostram a efervescência do momento que estamos vivendo, a abertura e possibilidade de discussão acerca do tema. Ainda não está totalmente claro e definido de que forma o mercado profissional se comportará, mas a realidade é que os bacharéis em Produção Cultural ainda tem que disputar esse espaço e mostrar a sua importância, além de “provar” muitas vezes a aplicabilidade de seus conhecimentos e formação.

É interessante destacar um trecho de uma das entrevistas: “a capacitação do profissional colabora diretamente para afirmação da profissão no mercado.”. Fica claro aqui o quanto todas essas questões estão conectadas e fazem parte um processo único, cíclico, em que está tudo interligado e interdependente.

Por fim, tratando das ações criadas para debate sobre a produção e gestão culturais, a oferta vem crescendo, mas de uma forma geral a impressão é de que os debates são sempre a mesma coisa, rasos, com formato desgastado, servindo apenas como espaço de autopromoção ou ficando em segundo plano, como contrapartida em projetos para editais e leis de incentivo. Outra questão acerca dessas atividades é o desdobramento delas. O que é de fato feito a partir desses encontros? Há pouco material produzido e publicado a partir deles, dificilmente há um retorno para os participantes, que ficam sem saber o que foi gerado, mudado ou criado a partir dali.

Para possíveis encontros e atividades a serem desenvolvidas foram sugeridos principalmente casos de gestão de projetos de sucesso, ou grupos que inovaram em seus processos de gestão, feira de estágio, atividades que possibilitem a participação do público, ações de divulgação da profissão e do curso e que haja discussões aprofundadas e plurais.

O resultado da aplicação desse questionário foi bastante positivo, sendo possível obter opiniões diversificadas, que contribuíram para o enriquecimento e construção da proposta do Fórum Nacional de Gestão Cultural.

## **6 PROPOSTA: FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO CULTURAL**

### **6.1 Apresentação**

O Fórum Nacional de Gestão Cultural é um encontro dos diversos agentes culturais, onde serão oferecidas palestras, debates e apresentações artísticas, acompanhado de um curso itinerante que será realizado ao longo do ano, com o intuito de fomentar a área, qualificar os profissionais e oferecer um espaço de troca e interação.

O Fórum acontecerá uma vez por ano, em cidades diferentes, sendo inicialmente previsto para a cidade do Rio de Janeiro, nas dependências do Parque Lage – Jd. Botânico.

Além disso, a partir do encontro anual, será criado um ambiente online (site), onde todo conteúdo veiculado no Fórum e criado a partir dele estará disponível para consultas e downloads gratuitos.

### **6.2 Justificativa**

Vive-se atualmente um intenso e crescente processo de discussão acerca das questões relativas à cultura, com uma tentativa do Estado de trabalhar de forma mais democrática junto à sociedade e esta buscando entender, participar e se apropriar de um espaço e poder que lhe pertence e do qual também é pertencente.

O processo de profissionalização do setor cultural é muito recente no Brasil e por isso ainda apresenta diversas questões a serem discutidas. Criar espaços para essa discussão e para trocas de experiências é uma necessidade latente, principalmente na área da gestão cultural e o momento tem se mostrado muito propício, uma vez que as políticas públicas da cultura vêm buscando incorporar uma discussão mais qualificada para a gestão.

Além disso, a preocupação com a formação do gestor cultural é outro fator relevante que vem recebendo grande atenção por parte dos envolvidos nesse campo, já que a preocupação com a inserção e atuação no mercado, enquanto profissional capacitado, reconhecido e formalizado é uma necessidade.

A criação do Fórum Nacional de Gestão Cultural se faz importante e necessária na medida em que possibilita essas discussões, debates, trocas e capacitações, sendo uma opção para aproximar gestores das esferas pública, privada e do terceiro setor, sociedade e futuros gestores – estudantes.

Com essa reunião de envolvidos no campo cultural, temos ainda a possibilidade de sistematizar e catalogar as informações e a produção acerca do tema, já que a bibliografia referente sofre ainda com opções restritas, apesar do seu crescimento nos últimos anos.

### **6.3 Objetivos**

#### 6.3.1 Objetivos gerais

- Apresentar e potencializar discussões sobre as bases e atividades desenvolvidas no campo da gestão cultural;
- Criar espaços de interação e troca entre os diversos setores da gestão cultural (público, privado, terceiro setor e sociedade civil);
- Orientar a criação de princípios norteadores, que auxiliem no desenvolvimento do campo da gestão;
- Capacitar agentes culturais e promover o acesso à informação.

#### 6.3.2 Objetivos específicos

- Realizar um encontro de gestores, durante três dias, com um debate e palestra em cada, com expectativa de participação de até 100 pessoas por dia nessas atividades;
- Desenvolver nove Grupos de Trabalho divididos em três eixos temáticos a partir das demandas do Fórum, com previsão de até trinta pessoas em cada;

- Promover doze apresentações artísticas nas áreas de música, artes cênicas e artes visuais, durante os três dias do Fórum;
- Oferecer nos vinte e seis Estados brasileiros, um curso anual e itinerante de capacitação na área cultural composto por três módulos, formando quarenta agentes multiplicadores por módulo e ampliando o acesso à informação.

## 6.4 Estrutura

O Fórum Nacional de Gestão Cultural acontecerá durante três dias, na cidade do Rio de Janeiro e será estruturado da seguinte forma:

### 6.4.1 DEBATES E GRUPOS DE TRABALHO

Nesta atividade, ocorrerão debates entre os convidados que sejam representativos em determinadas áreas, para discussão de questões relativas à gestão cultural, dentro de três eixos principais: Formação dos Gestores, Gestão Cultural nas Instituições e Economia Criativa/ Solidária.

Após os debates, serão propostos grupos de trabalho para criação e desenvolvimento de documentos com diretrizes e princípios que ajudem a nortear, fomentar e articular o campo da gestão cultural.

#### 6.4.1.1 Formação dos Gestores

Neste eixo, serão convidados representantes das algumas das instituições de ensino que apresentem cursos de formação na área cultural, como UFF, UFBA, IFRJ, Cândido Mendes, FGV, Centro Universitário UNA. Além de pessoas envolvidas na discussão sobre a formação dos gestores.

- Questões a serem abordadas

Quais as deficiências e necessidades dos cursos?

Como aumentar a profissionalização e reconhecimento do setor?

Quais são as leis que regem os concursos públicos?

Há necessidade de conteúdos mínimos presentes nos diferentes cursos?

- Convidados

Katia de Marco – Fundadora e presidente da ABGC, coordenadora acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais e Sociais - PECS, do MBA em Gestão Cultural, do MBA em Gestão Social, da Pós-graduação em Produção Cultural da Universidade Candido Mendes - RJ.

Maria Helena Cunha - Diretora da DUO Informação e Cultura, autora do livro: Gestão Cultural, Profissão em Formação, 2007. Coordenou o Curso Gestão Cultural (268h/a) da Fundação Clóvis Salgado/Palácio das Artes CEFAR (de 2000 a 2004)

Antônio Albino Rubim - especialista em política cultural, um dos criadores do curso de graduação em Produção Cultural da UFBA em 1996. Ex – Presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia e atual Secretário Estadual de Cultura.

Luiz Augusto Rodrigues - Formado em Arquitetura e Urbanismo pela UFF (1987) e pós-graduado em Urbanismo pela UFRJ (1993). Doutor em História pela UFF (1997). Foi Diretor do Pólo Universitário da UFF em Rio das Ostras e atual Coordenador do da Graduação em Produção Cultural da UFF em Niterói (2011).

Vanessa Rocha - Mestranda em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Bacharel em Produção Cultural pela UFF, curso onde foi professora substituta de Planejamento Cultural de 2007 a 2009. Produtora do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Sócia da Mafuá Produções Culturais. Atualmente é professora de Produção Cultural do curso de Administração com habilitação em Entretenimento da ESPM – RJ.

- Grupos de Trabalho

Facilitar o intercâmbio dos alunos entre as instituições de ensino para identificar demandas comuns;

Propiciar o diálogo entre as instituições de ensino para a criação de um conteúdo básico, comum para os cursos de graduação em gestão e produção cultural;

Demandas do setor mercadológico sobre o perfil desse profissional.

#### 6.4.1.2 Gestão Cultural nas Instituições

Neste eixo serão convidados representantes de instituições públicas, privadas e do terceiro setor, para discutir sobre a gestão nos três âmbitos e estabelecer um diálogo entre eles.

- Questões a serem abordadas

Como se dá a gestão nessas esferas?

Quais as diferenças e semelhanças entre eles?

Quais as dificuldades de cada setor?

Quem são as pessoas que estão atuando?

O que pode ser feito conjuntamente para melhorar o campo da gestão cultural?

- Convidados

Danilo Santos de Miranda – diretor há 26 anos do SESC no Estado de São Paulo, conselheiro do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), da Fundação Itaú Cultural, do Museu de Arte de São Paulo (Masp) e do Art for the World – Suíça.

Decio Coutinho - gerente da unidade de Negócios e Turismo do Sebrae em Goiânia (GO), depois de passar dois anos à frente da Coordenação Nacional de Cultura do Sebrae. Estudioso de gestão cultural, participou como pesquisador de diversas publicações, como o “Estudo do Mercado do Audiovisual” (Sebrae/ESPM, 2008) e gere atualmente os projetos “Economia Criativa do Audiovisual” e “Economia Criativa da Música” em Goiás

Daniel Zen - músico e gestor cultural, presidente da Fundação Elias Mansour (FEM) e do Conselho Estadual de Cultura do Acre, em Rio Branco (AC). Na organização política do Estado, seus cargos equivalem à posição de secretário de Estado da Cultura, integra a rede Circuito Fora do Eixo e a Associação Brasileira de Festivais Independentes (Abrafin).

Eduardo Saron - superintendente do Itaú Cultural desde 2002, responsável pelas atividades culturais do instituto ligado ao banco Itaú, em São Paulo. É também membro da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, como representante da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

Carlos Esquivel - Presidente da Primeira Diretoria do Museu da Favela – 2008-2010, foi o primeiro grafiteiro a expor telas em uma galeria de arte no rio de janeiro pela galeria Haus arte contemporânea. Participou da equipe de professores no Galpão Aplauso Rio apoiado pelo Centro de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS). O Museu de Favela-MUF é uma organização não governamental privada de caráter comunitário, fundada em 2008 por lideranças culturais moradoras das favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. O MUF surgiu um ano antes da chegada da Unidade de Polícia Pacificadora – UPP nesse morro, enfrentando muitos desafios.

- Grupos de Trabalho

Ação pública e “empresariamento”;

Ação privada e compromisso cidadão;

Ação comunitária e compartilhamento entre o 1º, 2º e 3º setores.

#### 6.4.1.3 Economia Criativa/Solidária

Neste eixo serão convidados gestores de instituições públicas, privadas e do terceiro setor que estejam desenvolvendo ações que consigam driblar as dificuldades do setor de forma criativa e inovadora. Ações de continuidade, de formação, sustentáveis, para além das restrições de mercado.

- Questões a serem abordadas

O que na área cultural está sendo feito de novo?

Quais são as iniciativas inovadoras? Empreendimentos culturais?

Como fugir da dependência do mercado e do marketing?

Como criar ações sustentáveis, contínuas?

- Convidados

Pablo Capilé - produtor cultural, idealizador e co-fundador do Espaço Cubo, em Cuiabá, um dos coletivos fundadores do Circuito Fora do Eixo, em 2005. No Cubo, concebeu tecnologias de gestão sociocultural, como o Cubo Card (moeda complementar que se pauta em princípios da economia solidária), e se tornou referência nacional no assunto. É um dos articuladores, também, do recém-criado Partido da Cultura (PCULT).

Ale Youssef – dirigiu a implementação da Coordenadoria Especial de Juventude da Prefeitura de São Paulo, comanda o Studio SP, casa de shows e artes que se transformou em importante plataforma de lançamentos de novos artistas, fundou o Instituto Overmundo, é Presidente do Bloco Carnavalesco Acadêmicos do Baixo Augusta, que criou com empresários e frequentadores da região para celebrar a diversidade e revitalização da área, preside também a recém criada entidade Casas Associadas, que reúne casas e clubes de pequeno e médio porte em todo Brasil e busca a criação de um circuito nacional de difusão da nova música brasileira.

Cláudia Leitão - foi secretária de Estado da Cultura do Ceará entre 2003 e 2006, é atualmente conselheira do Programa Cultura Viva, pertence à Rede de Estudos em Políticas Culturais (Redepcult) e integra o conselho de redação da revista eletrônica Políticas Culturais em Revista, da UFBA. Em 2011, foi nomeada secretária de Economia Criativa do Ministério da Cultura, que está em fase de implantação.

Paul Israel Singer – Secretário Nacional da Economia Solidária. Professor Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. Ajudou a criar a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP em 1998, quando foi convidado pela CECAE a assumir o cargo de coordenador acadêmico da incubadora.

André Gustavo de Castro Matos – Diretor Presidente do iVoz. O Instituto VOZ é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que tem como missão agir e incentivar aqueles que atuam para a manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação, sob qualquer forma, processo e veículo. Seu principal objetivo é a troca de conhecimentos, a produção cultural independente, a formação de Redes e atividades voltadas à geração de trabalho e renda. Fomentando ações coletivas pautadas pelos princípios norteadores da Economia Solidária. - <http://www.ivoz.org.br/>

- Grupos de Trabalho

Fomentar a Economia Criativa/Solidária de forma sustentável;  
Diminuir a dependência do patrocínio via Leis de Incentivo;  
Criação de moedas complementares;

#### 6.4.2 CURSO ITINERANTE

Essas atividades serão oferecidas de forma gratuita com o intuito de capacitar os agentes envolvidos nos processos de gestão cultural. O material desenvolvido a partir dos grupos de trabalho do Fórum será utilizado para complementar os módulos apresentados abaixo.

As inscrições deverão ser feitas por meio do site do Fórum, com o preenchimento de uma ficha com os dados do interessado e envio de uma carta de intenção de participação, que deverá conter os motivos pelos quais a pessoa deseja participar do curso.

Não haverá pré-requisitos para participação do curso, mas em função do limite de vagas, será feita uma triagem das inscrições, levando em consideração alguns critérios adotados pela equipe responsável, que serão definidos a partir das demandas e sempre buscando atender ao maior e mais diversificado número possível de participantes.

Os cursos acontecerão durante o ano, de forma itinerante, em outras cidades, após o término do encontro. O objetivo é levá-los a todos os Estados brasileiros, com previsão para quarenta e cinco edições, conforme cronograma.

Em cada um dos três módulos serão atendidos até quarenta alunos por edição e terão duração de dezoito horas, divididas em três dias. Uma equipe de professores qualificados, composta de quatro profissionais para cada módulo, em um total de doze pessoas, divididos em duas duplas, será contratada para ministrar as aulas.

O intuito é estabelecer parcerias com entidades locais, como o SESC, presente em todos os estados brasileiros para viabilizar a divulgação e realização das atividades, bem como com Prefeituras e Secretarias e Fundações de Cultura.

#### 6.4.2.1 CONTEÚDO DOS CURSOS

##### Módulo A – PLANEJAMENTO E FORMATAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS

- Introdução

Considerações gerais sobre a Arte e a Cultura.

A importância da Indústria Cultural e seu impacto na economia.

Principais dificuldades da produção cultural.

Os números da indústria da cultura no Brasil e no Mundo.

- Planejamento

Conceituação de planejamento e sua importância.

A definição dos objetivos e metas de um projeto cultural.

A construção do planejamento estratégico.

Noções gerais sobre formatação de projetos culturais.

- Leis de Incentivo à Cultura

Principais fontes de financiamentos para projetos culturais.

A evolução histórica das Leis de Incentivo à Cultura no Brasil.

Apresentação geral da Lei Rouanet, Lei do ICMS e Lei do ISS.

O que é o mecanismo do Mecenato e o FNC.

Discussão sobre a nova Lei Rouanet e críticas ao modelo de financiamento.

##### Módulo B – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CULTURA

- Política Cultural

Conceito e história. Estrutura do poder Público na área da cultura.

O Ministério da Cultura e seus órgãos.

As Secretarias de Estado da Cultura e sua estrutura administrativa.

O funcionamento e as diferenças entre Fundações Culturais, Secretaria Municipais de Cultura e Departamentos de Cultura nos municípios.

- Apresentação do Sistema Nacional de Cultura - SNC. Histórico e principais características.

Plano Nacional de Cultura – PNC.

Histórico e base legal. Apresentação do Sistema Federal de Cultura e do Plano Federal de Cultura.

A organização e realização da Conferência Nacional de Cultura. Principais programas de incentivo mantidos pelo Governo Federal para o setor cultural. Apresentação do Programa Cultura Viva.

Novidades do MinC: O Vale Cultura e o Selo Cultura para patrocinadores.

### Módulo C – GESTÃO DE PROJETOS CULTURAIS

- Introdução ao estudo da Gestão:

O Perfil do Gestor Cultural, sua formação e suas características.

Conceituação de agente cultural, produtor cultural e gestor cultural.

Etapas da produção cultural.

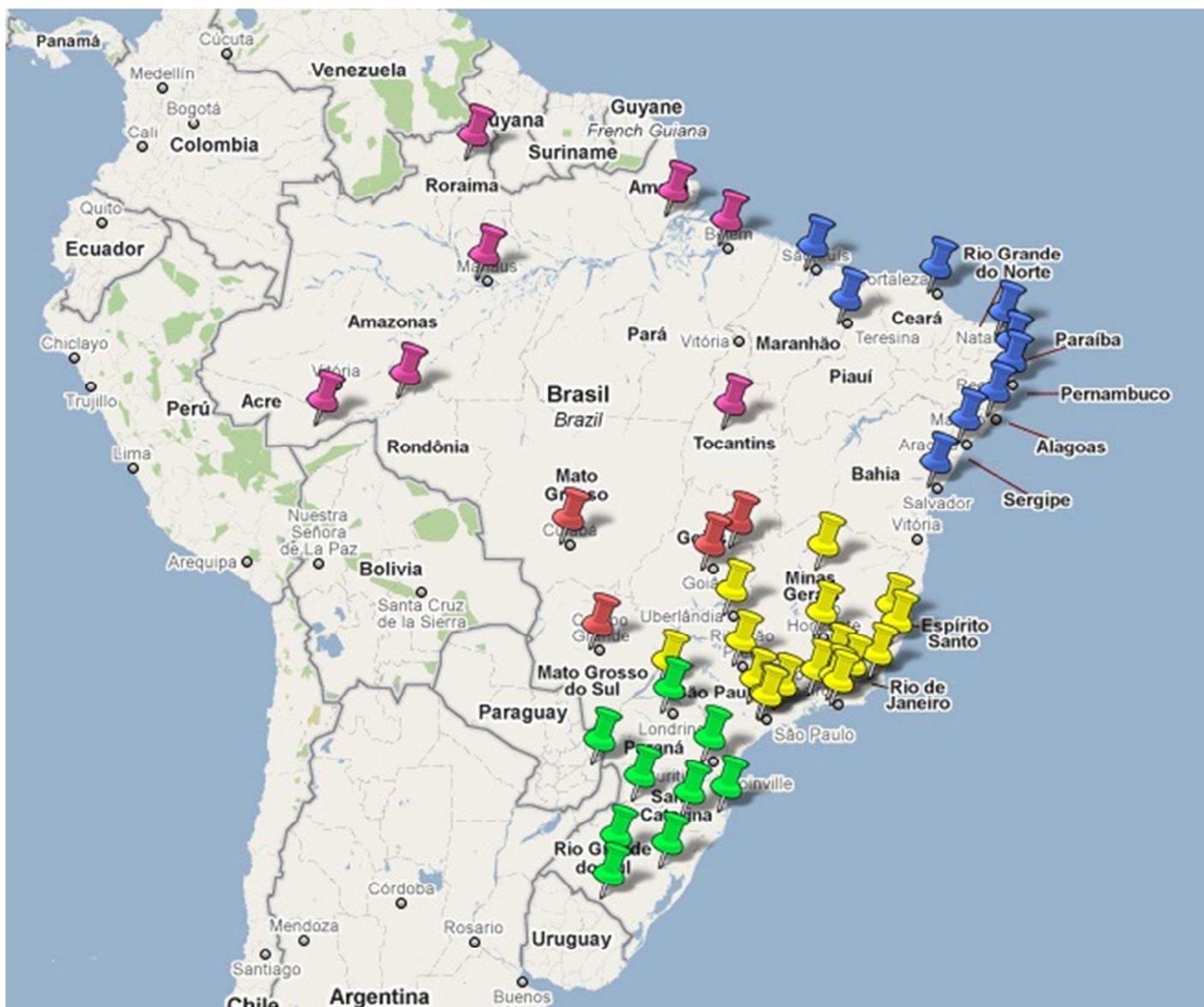
Princípios administrativos e os instrumentos de gestão.

Tipos de Gestão e principais correntes de pensamento.

Discussão de questões relativas à formação e profissionalização do gestor.

- Apresentação e análise de cases de gestão

#### 6.4.2.2 LOCAIS DE REALIZAÇÃO DOS CURSOS



## **A) SUDESTE**

### 1. São Paulo

Capital e Região Metropolitana

Unidade Av. Paulista

Osasco

Interior do Estado

São José dos Campos

Ribeirão Preto

Presidente Prudente

Campinas

### 2. Rio de Janeiro

Capital e Região Metropolitana

Copacabana

Duque de Caxias

Interior do Estado

Campos

Nova Friburgo

Barra Mansa

### 3. Minas Gerais

Belo Horizonte

Juiz de Fora

Uberlândia

### 4. Espírito Santo

Vitória

Colatina

## **B) SUL**

### 5. Rio Grande do Sul

Porto Alegre

Santa Maria

Bagé

### 6. Santa Catarina

Florianópolis

Lages

Chapecó

### 7. Paraná

Curitiba

Londrina

Foz do Iguaçu

## **C) CENTRO – OESTE**

### 8. Goiás

Goiânia

### 9. Distrito Federal

Brasília

### 10. Mato Grosso

Cuiabá

### 11. Mato Grosso do Sul

Campo Grande

#### D) NORDESTE

12. Maranhão

São Luís

13. Piauí

Teresina

14. Ceará

Fortaleza

15. Rio Grande do Norte

Natal

16. Paraíba

João Pessoa

17. Pernambuco

Recife

18. Alagoas

Maceió

19. Sergipe

Aracaju

20. Bahia

Salvador

#### E) NORTE

21. Acre

Rio Branco

22. Rondônia

Porto Velho

23. Roraima

Boa Vista

24. Amazonas

Manaus

25. Pará

Belém

26. Tocantins

Palmas

27. Amapá

Macapá

#### 6.4.3 PREMIAÇÃO DE PESQUISAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

Alunos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado poderão inscrever seus trabalhos acadêmicos, tanto pesquisas, quanto projetos de extensão, relacionados à área cultural, divididos em duas categorias:

- Júnior – destinados aos alunos de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu;
- Sênior – destinados a alunos de Pós-Graduação Stricto Sensu.

O objetivo desta ação é dar visibilidade e estimular a produção, além de proporcionar um espaço de troca e debate acerca das questões pertinentes.

Por isso, em cada região do País, serão selecionados, por meio de uma equipe de curadoria responsável, até três projetos, totalizando quinze por categoria (Júnior e Sênior). Estes serão publicados no site do Fórum e três de cada categoria receberão uma premiação em dinheiro.

#### 6.4.4 APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS

Serão escolhidos grupos artísticos locais, de música, artes cênicas, artes visuais, para apresentações durante o encontro, dando visibilidade ao seu trabalho e promovendo a troca entre eles.

#### 6.4.5 SITE

Buscando aumentar ainda mais o acesso às atividades propostas no encontro, e também ao conteúdo veiculado e produzido a partir dele, será criado um site do Fórum Nacional de Gestão Cultural. Neste site constará a programação completa do Fórum e todas as demais informações como local de realização, datas, palestrantes convidados, inscrição nas atividades, contato com a produção e etc.

As palestras e debates serão transmitidos ao vivo, de forma online no site e posteriormente também estarão disponíveis. Além disso, o material produzido a partir dos GTs também irá para o site para consultas e downloads gratuitos.

A agenda completa do curso itinerante estará disponível no site, bem como o material utilizado para ministrar os módulos e demais informações como forma de inscrições, horários, local e equipe responsável pelas aulas.

## 6.5 Orçamento

etapas/ fases	Descrição das etapas/fases	Quantidade	Unidade	Quant. de unid.	Valor Unitário	Total da linha	Total
<b>1</b>	<b>PRÉ-PRODUÇÃO/PREPARAÇÃO</b>						
1.01	Curadoria de Grupos Artísticos	1	serviço	1	2.500,00	2.500,00	
1.02	Diretor Geral	1	mês	9	3.500,00	31.500,00	
1.03	Assistente de Direção	1	serviço	9	1.500,00	13.500,00	
1.04	Criação de conteúdo para apostila dos cursos	1	serviço	1	15.000,00	15.000,00	
	<b>TOTAL DE PRÉ-PRODUÇÃO/PREPARAÇÃO</b>						<b>62.500,00</b>
<b>2</b>	<b>PRODUÇÃO/EXECUÇÃO</b>						
<b>2.1</b>	<b>Equipe de Produção do Fórum</b>						<b>13.050,00</b>
2.01.01	Produção Executiva	3	serviço	1	1.200,00	3.600,00	
2.01.02	Assistente de Produção	6	serviço	1	500,00	3.000,00	
2.01.03	Estagiários	9	verba	1	250,00	2.250,00	
2.01.04	Diárias de Alimentação	18	diárias	3	50,00	2.700,00	
2.01.05	Transporte Local	1	verba	1	1.500,00	1.500,00	
<b>2.2</b>	<b>Locação equipamentos do Fórum</b>						<b>26.600,00</b>
2.02.01	Equipamentos de sonorização - debates, GTs e apresentações	3	diárias	3	1.000,00	9.000,00	
2.02.02	Equipamentos de iluminação - debates, GTs e apresentações	3	diárias	3	1.000,00	9.000,00	
2.02.03	Equipamentos de projeção e datashow - debates, GTs e apresentações	2	diárias	3	600,00	3.600,00	
2.02.04	Computador	5	mês	2	500,00	5.000,00	
<b>2.3</b>	<b>Debates</b>						<b>58.300,00</b>
2.03.01	Palestrantes (5/dia)	15	cachê	1	1.000,00	15.000,00	
2.03.02	Mediador (1/dia)	3	cachê	1	600,00	1.800,00	
2.03.03	Passagens Aéreas	11	verba	1	650,00	7.150,00	
2.03.04	Hospedagem sem alimentação	11	diárias	3	250,00	8.250,00	
2.03.05	Alimentação	15	diárias	3	50,00	2.250,00	
2.03.06	Transmissão em Tempo real (Internet) - estrutura física/ serviço	1	diárias	3	7.000,00	21.000,00	
2.03.07	Transporte local - locação de vans e táxis	3	mês	1	950,00	2.850,00	
<b>2.4</b>	<b>Curso Itinerante</b>						<b>1.035.400,00</b>
2.04.01	Coordenador de logística	1	mês	6	2.300,00	13.800,00	
2.04.02	Assistente de logística	1	mês	6	1.500,00	9.000,00	
2.04.03	Professor	12	mês	6	2.500,00	180.000,00	
2.04.04	Apostila - confecção	1	unidade	6000	10,00	60.000,00	
2.04.05	Material de Consumo - Blocos e Canetas	1	mês	6	500,00	3.000,00	
2.04.06	Diárias de Alimentação	14	diárias	140	35,00	68.600,00	
2.04.07	Hospedagem sem alimentação	14	diárias	140	200,00	392.000,00	
2.04.08	Passagens Aéreas	14	verba	30	650,00	273.000,00	
2.04.09	Transporte Local	6	verba	6	1.000,00	36.000,00	
<b>2.5</b>	<b>Apresentações Artísticas</b>						<b>55.890,00</b>
2.05.01	Grupos locais (Teatro, dança e música)	9	cachê	1	5.000,00	45.000,00	
2.05.02	Diárias de alimentação grupos (6 artistas x 9 grupos)	54	diárias	1	35,00	1.890,00	
2.05.03	Material para confecção de figurinos e cenografia	9	verba	1	1.000,00	9.000,00	
<b>2.6</b>	<b>Premiação</b>						<b>42.000,00</b>
2.06.01	Curadoria	5	verba	1	3.000,00	15.000,00	
2.06.02	Prêmio - Categoria Junior	1	verba	3	3.000,00	9.000,00	
2.06.03	Prêmio - Categoria Sênior	1	verba	3	6.000,00	18.000,00	
	<b>TOTAL DE PRODUÇÃO/EXECUÇÃO</b>						<b>1.231.240,00</b>

etapas/ fases	Descrição das etapas/fases	Quantidade	Unidade	Quant. de unid.	Valor Unitário	Total da linha	Total
<b>3</b>	<b>DIVULGAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO</b>						
<b>3.1</b>	<b>Serviços</b>						<b>22.000,00</b>
3.01.01	Assessoria de Imprensa (inclui confecção de realeses e clipping)	1	mês	9	1.500,00	13.500,00	
3.01.02	Criação Peças Gráficas	1	serviço	1	5.000,00	5.000,00	
3.01.03	Coordenador de mídia online	1	serviço	1	3.500,00	3.500,00	
<b>3.2</b>	<b>Site</b>						<b>21.000,00</b>
3.02.01	Criação do site	1	serviço	1	12.000,00	12.000,00	
3.02.02	Manutenção do site	1	mês	9	1.000,00	9.000,00	
<b>3.3</b>	<b>Cartazes</b>						<b>2.925,00</b>
3.03.01	Impressão - Fórum (couchê fosco 180g., cor 4x0, 800 mm x 270 mm)	1	unidade	300	3,00	900,00	
3.03.02	Impressão - Curso (couchê fosco 180g., cor 4x0, 800 mm x 270 mm)	45	unidade	15	3,00	2.025,00	
<b>3.4</b>	<b>Folders</b>						<b>8.000,00</b>
3.04.01	Impressão Folder (42x28cm, 4x4 cores, Reciclado 170g - 2 dobras)	1	unidade	2.000	4,00	8.000,00	
<b>3.5</b>	<b>Estandartes/Banners</b>						<b>1.920,00</b>
3.05.01	Banners - Fórum (0,80 x 5,00 mts, 4x0 cor, Lona vinílica)	1	unidade	8	150,00	1.200,00	
3.05.02	Banners - Curso (0,80 x 5,00 mts, 4x0 cor, Lona vinílica)	1	unidade	4	180,00	720,00	
<b>3.6</b>	<b>Busdoor</b>						<b>17.500,00</b>
3.06.01	Traseira de ônibus - Fórum	1	unidade	50	350,00	17.500,00	
<b>3.7</b>	<b>Registro das atividades do Fórum</b>						<b>6.500,00</b>
3.06.01	Criação, captação de imagens e edição final	1	serviço	1	5.000,00	5.000,00	
3.06.02	Fotógrafo	1	serviço	1	1.500,00	1.500,00	
<b>3.8</b>	<b>Uniforme</b>						<b>4.254,00</b>
3.07.01	Camisetas do Fórum - Equipe e Convidados	1	unidade	250	15,00	3.750,00	
3.07.02	Camisetas do Curso - Professores e equipe	14	unidade	3	12,00	504,00	
<b>3.9</b>	<b>Certificados</b>						<b>13.400,00</b>
3.08.01	Certificados de participação dos debates e grupos de trabalho	1	unidade	700	2,00	1.400,00	
3.08.02	Certificados de participação dos cursos	1	unidade	6.000	2,00	12.000,00	
	<b>TOTAL DE DIVULGAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO</b>						<b>97.499,00</b>
<b>4</b>	<b>CUSTOS ADMINISTRATIVOS</b>						
4.01	Gerência Administrativa e Financeira	1	mês	9	2.500,00	22.500,00	
4.02	Assessoria Jurídica	1	serviço	1	5.000,00	5.000,00	
4.03	Contador	1	mês	9	510,00	4.590,00	
4.04	Telefone (Fixo/Móvel)	1	mês	9	450,00	4.050,00	
4.05	Material de Consumo Escritório	1	mês	9	250,00	2.250,00	
4.06	Correios ( Postagem / Sedex / Serviços de Courier )	1	mês	9	50,00	450,00	
4.07	Captação de Recursos	1	verba	1	50.000,00	50.000,00	
4.08	Encargos sociais - INSS e FGTS	1	verba	1	10.000,00	10.000,00	
	<b>TOTAL DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS</b>						<b>98.840,00</b>
	<b>TOTAL DO PROJETO</b>						<b>1.490.079,00</b>

## 6.6 Cronograma

### 6.6.1 Cronograma Geral

	Jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	Jun/12	Jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12
<b>PRÉ-PRODUÇÃO</b>												
Curadoria dos Grupos Artísticos												
Elaboração de conteúdo dos cursos												
Contato com os participantes												
<b>PRODUÇÃO</b>												
Contato e contratação de equipe												
Contato e contratação de fornecedores												
Elaboração do Material de Divulgação												
Realização da divulgação												
Realização do Fórum												
Realização dos Cursos												
<b>PÓS PRODUÇÃO</b>												
Pagamento de equipe e serviços												
Montagem de Portfólio												
Avaliação das ações												
Gestão e Administração dos recursos												
Entrega da prestação de contas												
Divulgação dos dados no site												







## 7 BIBLIOGRAFIA

BRANT, Leonardo. *Mercado Cultural*. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Políticas Culturais no Brasil* – Salvador: EDUFBA, 2007.

BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Antonio Albino Canelas; COSTA, Leonardo. Formação em Organização da Cultura no Brasil: Apontamentos Iniciais. In: *Mapeamento da Formação em Organização Cultural no Brasil*. Disponível em: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/>.

BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Antonio Albino Canelas; COSTA, Leonardo. Mapeamento da Formação e Qualificação em Organização Cultural no Brasil – Relatório Final. In: *Mapeamento da Formação em Organização Cultural no Brasil*. Disponível em: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/>.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de Política Cultural*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2004.

COMISSÃO ESTADUAL DE GESTORES DE CULTURA/ RJ – COMCULTURA/RJ. Disponível em: <http://www.comcultura.com.br>

CUNHA, Maria Helena. Gestão Cultural: Construindo uma identidade profissional. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizados entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador – Bahia – Brasil. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/MariaHelenaCunha.pdf>

CUNHA, Maria Helena. *Gestão Cultural – Profissão em Formação*. Disponível em [www.gestioncultural.org](http://www.gestioncultural.org)

CUNHA, Maria Helena. *Gestão Cultural – Profissão em Formação*. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2007.

FONSECA, Romulo Jose Avelar. *O Averso da Cena – Notas sobre Produção e Gestão Cultural*. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2008.

LEITÃO, Claudia (Org.). *Gestão cultural: significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

MARCO, Kátia de. *Cadeia de profissionalização da cultura*. Disponível em: <http://www.blogacesso.com.br/?p=1956>

NATALE, Edson; OLIVIERI, Cristiane. (org.) *Guia Brasileiro de Produção Cultural 2010/2011*. São Paulo: Edições SESC SP, 2010.

PRODUÇÃO Cultural no Brasil. Disponível em: <http://www.producaocultural.org.br/>.

REIS, Ana Carla Fonseca; DE MARCO, Kátia. (Org.). *Economia da Cultura - ideias e vivencias*. Rio de Janeiro: Ed. E-livre, 2009.

REVISTA OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL – n. 6. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

RODRIGUES, Luiz Augusto F., *Gestão Cultural e Seus Eixos Temáticos*. In: CURVELLO, Maria Amelia (Org.). et al. *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro: 2007- 2008*. Rio de Janeiro: UERJ/ Decult, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Por uma Rede de Formação em Organização da Cultura*. In: *Mapeamento da Formação em Organização Cultural no Brasil*. Disponível em: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/>.